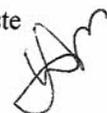


ATAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE SAÚDE ATRAVÉS DO GRUPO DE WHATSAPP

REUNIÃO DE 24 DE MARÇO DE 2021 – PAUTA: AVALIAÇÃO DA PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA 2020 E PACTUAÇÃO DE INDICADORES DE 2021.

Ata da reunião realizada através do WhatsApp do Grupo do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguáçu, com início no dia 24 de março de 2021, às 17:41 h. Pauta: Avaliação da Pactuação Interfederativa 2020 e Pactuação de Indicadores de 2021. É dado início à apresentação sobre o SISPACTO, explicando que é o Sistema de Informação sobre o Pacto (acordo) realizado entre municípios, estados e União (Tripartite ou 3 partes), para que haja um planejamento de cada gestor (secretário da saúde), para atender as necessidades de saúde da população. Que esse pacto ou acordo, leva em consideração alguns Indicadores de Saúde, que são dados que podem ser medidos e que podem ser comparados para se avaliar se as metas pactuadas ou acordadas, estão sendo cumpridas. Que, em geral, o Ministério da Saúde determina pelo menos 20 indicadores, que no caso de Mandaguáçu, temos 23 indicadores; entre eles: Número de óbitos prematuros; proporção de óbitos em mulheres em idade fértil; proporção de registros de óbitos com causa básica definida; proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação (CNV); proporção de casos de doenças de notificação compulsória; e outros. É postado o ofício do Departamento com os indicadores, a pactuação de 2020, o resultado alcançado e a meta para 2021. A seguir se fez a apresentação de cada indicador, seguida da análise do resultado. 1-Foi feito o pacto de termos no máximo 33 óbitos e só tivemos 19. Para este ano, foi pactuado que teremos 32. Sempre se coloca um valor menor ao acordo feito anteriormente. 2-Aqui, o acordo era investigar 100% dos óbitos de mulheres em idade fértil. O que foi feito. E se pactuou para 2021, a mesma coisa. 3-Neste dado, não se conseguiu atingir a meta pactuada, que era de 99% na definição da causa básica de morte. Se conseguiu 98,50%. Houveram 203 casos e 2 deles não houve definição. Vejam que esse dado não depende do município. O óbito é preenchido por médicos, em geral em hospitais; IML. 4- Vejam que se pactuou 100% na proporção de vacinação que constam no Calendário Nacional de vacinação (CNV). Em 2020, das 4 vacinas, 2 delas não se conseguiu atingir a meta; por isso o resultado foi 50%. Agora foi pactuado 75%, porque é o que o Ministério exige. 5-Nesse caso se ultrapassou a meta, porém para esse ano foi de 92% para 95%. 6-Boa notícia: Não houve caso novo de Hanseníase (Lepra). 7-Não temos malária na nossa região. 8-Aqui, grande preocupação!! Provável falha no tratamento das gestantes. O ginecologista/obstetra que estava atendendo em Mandaguáçu, encerrou atendimento em 28 de fevereiro. Houveram alguns problemas, que motivaram a saída antecipada. Ele avisou que iria sair em fevereiro e desde então, estávamos procurando um outro para substituir. Deu bastante trabalho, mas finalmente conseguimos fechar com uma empresa. Demorou demais porque ela tinha que fazer um CRM jurídico, e a burocracia é muito grande. A publicação vai sair no domingo, portanto, na próxima semana deverá estar atendendo. 9- Sem AIDS em menor de 5 anos. 10 – Isso aqui faz parte das ações da vigilância sanitária, análise da água. São determinados alguns pontos onde se faz a coleta de água para análise. A proporção foi maior do que foi pactuado. 10- Aqui (citopatológicos) ficou muito abaixo do que se esperava. Uma das causas foi a Pandemia, que paralisou os atendimentos por bastante tempo. 12- Aqui (mamografia) também ficou muito abaixo, devido à pandemia. Havia recomendação da Regional de Saúde, para não se fazer, tanto o item 11 quanto o 12. 13- Esse indicador é muito difícil de ser atingindo. A Organização Mundial da Saúde recomenda que a cesariana seja feita apenas em 10 a 15% das gestantes. Vejam que no caso de Mandaguáçu, acontece em 73% dos casos. Não se conseguiu atingir a meta de 30,20%. Lembrando que em Mandaguáçu não se faz mais parto. Nossas gestantes SUS tem bebês ou na Santa Casa (gestação habitual ou baixo risco) ou no HU (alto risco). 14 – Gravidez na adolescência - Ainda estamos abaixo da proporção da América Latina e Caribe, que estava na faixa de 15%, em 2018. 15 - Conseguimos manter a taxa de mortalidade infantil, 4 em 423 óbitos. Foi pactuado 3 para este



ano. 16 - Não houve óbitos maternos. 17-100% de cobertura da população pela Saúde. 18- Houve recomendação pra não se fazer a pesagem das crianças, devido à pandemia. Mas continuou a distribuição do leite, pelas creches. 19- Apesar da pandemia, a saúde bucal conseguiu até aumentar a meta pactuada. Não se parou o atendimento, só uma redução. Durante um tempo só se atendeu emergência. Depois se voltou ao eletivo, com redução no número de pacientes. O indicador 20 foi removido em 2019, porém, não foi corrigida a ordem. Portanto, temos 22 indicadores. 21 – Apesar de terem nos apresentado nos quadrimestrais, que estavam sendo feitos os matriciamentos do CAPS com a Atenção Básica, eles não estão constando no sistema de Informações. Estou tentando saber qual o problema. 22- Foi extrapolada a meta de ciclos de visitas aos imóveis, para verificação de focos da dengue. 23- Novamente se extrapolou a meta – preenchimento do campo “ocupação” nas fichas de notificação de agravos relacionados ao trabalho. Em seguida é aberto para questionamentos, comentários, observações. Lembrando que esses dados estarão contidos no Relatório Anual de Gestão. Está sendo feita uma antecipação para não ficar uma apresentação muito longa e cansativa. Conselheiro Dalvair indaga sobre o item 14 e se identifica 2 itens com a mesma numeração e é procedida a correção. Para que todos os conselheiros tivessem tempo para analisar as informações, só foi aberta a votação na manhã do dia seguinte, às 07:51 h, com a orientação de que só os titulares votassem. Às 18:53 do dia 28/03 foi encerrada a votação, tendo sido aprovada a avaliação da Pactuação de 2020 e a nova Pactuação de 2021 por 12 conselheiros.

REUNIÃO DE 28 DE MARÇO DE 2021 – PAUTA: AVALIAÇÃO FINANCEIRA DO ANO DE 2020

Ata da reunião realizada através do WhatsApp do Grupo do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguáçu, com início no dia 28 de março de 2021, às 18:56 h. Pauta: Avaliação Financeira do Ano de 2020. A conselheira Telma informa sobre a participação de uma reunião online em que ela e o vice-presidente Antônio tiveram informações sobre os instrumentos de gestão, onde obtiveram subsídios para avaliar a execução orçamentária da saúde. Partindo-se dos dados do Sistema de Informações de Políticas Públicas de Saúde – SIOPS. Foram separadas as tabelas, para melhor visibilidade. 1- Receitas de impostos e transferências constitucionais e legais: Aqui podemos ver o que estava previsto e o que realmente entrou para os cofres públicos: - 78,25%. 2- Despesas com ações e serviços públicos de Saúde - Por Subfunção e categoria econômica. 3- Apuração do cumprimento do limite máximo para aplicação em ações e serviços. 4- Exercício do empenho 5- Controle de restos a pagar e Receitas adicionais. 6- Despesas não computadas no cálculo do mínimo de 15%. 7- Despesas totais com saúde executadas com recursos próprios e com recursos transferidos de outros entes. Para essa última tabela, pode-se usar uma metodologia desenvolvida pelos gestores e Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (Cofin/CNS), que consiste na avaliação dos níveis de empenho e de liquidação da despesa de acordo com a seguinte classificação: preocupante, adequado, regular, inadequado, intolerável e inaceitável. Existe uma tabela para cada quadrimestre, no caso vamos usar a última, que abrange 2020 todo. A tabela é postada para visualização de todos os conselheiros. A última tabela foi desmembrada e se pegou a porcentagem de despesa empenhada. Eis o resultado: O “exagerado” não existe na tabela original, acrescentamos para caracterizar um valor acima de 100%, no caso 133%. O item considerado intolerável - Despesas com Recursos de Outros Entes, seriam os Recursos Pendentes que vieram de Programas ou Emendas parlamentares. No caso da Assistência Hospitalar e Ambulatorial, acreditamos que reflita o período de janeiro e maio, devido ao atendimento 24 horas. As despesas da Vigilância Epidemiológica foram consideradas adequadas; e as executadas com recursos próprios foram regulares. Os demais itens, Atenção Básica, Vigilância Sanitária, Outras Subfunções e Total das Despesas com Saúde, foram consideradas inadequadas. Se retornarmos aos Relatórios quadrimestrais, talvez possamos entender melhor o que aconteceu. É apresentado um comparativo das porcentagens de gastos em

saúde. A despesa com pessoal continua muito alta. O desafio da atual administração vai ser equilibrar essas despesas todas. Aberto para discussão, nenhum conselheiro se manifestou.

REUNIÃO DE 29 DE MARÇO DE 2021 – PAUTA: RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO - RAG 2020.

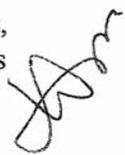
Ata da reunião realizada através do WhatsApp do Grupo do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguçu, com início no dia 29 de março de 2021, às 21:18 h. Pauta: Relatório Anual de Gestão - RAG 2020. Foi elaborado através de um sistema chamado DIGISUS, onde as informações são apresentadas e depois são feitas considerações, tanto do Departamento de Saúde quanto do Conselho. De antemão foi pedido desculpas aos conselheiros porque as postagens poderiam avançar no horário, sugerindo-se que deixassem seus celulares desligados ou no mudo, se não quisessem ser incomodados. Solicitou-se também, que quem pudesse contribuir, que fosse fazendo as observações conforme se colocasse as considerações. Serão 12 itens a serem avaliados.

1 – Identificação: Considerações do Conselho: Os dados oficiais apontam uma população bastante aquém da real, e que deveria ter sido corrigida através do Censo 2020, que foi cancelado. O número de Equipes de Estratégia Saúde da Família, apesar de ter aumentado, de 3 Equipes para 5, com a implantação das Unidades Ouro Verde e Bela Vista 2, tiveram apenas um re maneja mento das Agentes Comunitárias de Saúde; o que deixou 3 equipes com falta de ACS; prejudicando os cadastramentos. A Pandemia do Coronavírus, que teve início em março de 2020, congelou as ações e serviços. A transformação da Unidade Básica Central em atendimento 24 horas sem programação e planejamento, onerou os cofres públicos. As negociações com o Hospital Metropolitano de Sarandi, que assumiu a gestão do antigo Hospital São Lourenço, e que passou a atender as urgências/emergências das 19 às 7 h, de segunda a sexta-feira e de finais de semana e feriados, trouxe esperança de que haveria melhoria no atendimento da população, o que até o momento ainda não se concretizou. A instalação do Ambulatório Covid, na casa onde funcionava a UBS São Pedro, também não foi uma boa ideia, já que com a pouca dimensão do ambiente; invariavelmente aconteceu aglomeração.

2- Introdução: Considerações do Conselho: A Pandemia do Covid-19 marcou o ano de 2020 no mundo inteiro e prejudicou sobremaneira as ações e serviços de saúde. O Departamento Municipal de Saúde demorou para entender o efeito devastador que se seguiria. Mas, o que consideramos mais problemática, foi a falta de gestão da crise, a falta de diálogo com os servidores; a falta de treinamento com relação à biossegurança; pois muitos servidores que não tinham o hábito de usar Equipamentos de Proteção Individual, não seguiam os protocolos. Os próprios servidores, em sua maioria, foram atrás de informações para se protegerem. A iminente falta de EPI não teve o gerenciamento imediato, acarretando falta de máscaras de proteção e outros itens. Quanto a aplicação de recursos, houve um gasto exagerado em despesa de pessoal; em detrimento de outras ações e serviços, que mesmo restritos continuaram a ser realizados em períodos intermitentes.

3- Dados Demográficos e de Morbimortalidade Considerações do Conselho: Os dados da saúde suplementar, de 2017, certamente já não refletem a realidade do município de Mandaguçu. Muito provavelmente, a massa que migrou de planos de saúde para o SUS é imensa. A queda da renda da população por conta da Pandemia, é uma realidade. A proximidade com uma cidade de grande porte como Maringá, prejudica a economia da região. O percentual de analfabetos e a falta de esgoto, denotam a baixa qualidade de vida de grande parte da população; também refletida na mortalidade infantil e na quarta causa de internação hospitalar que são as doenças parasitárias e infecciosas; que vem após a gravidez, as lesões por causas externas e as neoplasias. A morte por doenças respiratórias em tempos de Covid, só perdeu para doenças cardiovasculares. Concordamos que a mortalidade infantil, acusa a falta de qualidade na atenção materno infantil.

4- Dados da Produção de Serviços no SUS: Considerações do Conselho: Independente da pandemia, muitos setores da saúde não pararam os trabalhos. Esse momento deveria ter sido aproveitado para identificar as necessidades, fazer planejamento, estabelecer metas, analisar dados, preparar protocolos. Enfim, organizar os



serviços para quando se retornasse às atividades rotineiras. 5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS: Considerações do Conselho: O problema com o CISAMUSEP seriam os valores que foram pactuados pelo município, que não conseguem dar vazão ao grande volume de consultas e exame especializados. O que se questiona é se o valor é baixo ou se a demanda é demasiada. A falta de resolubilidade da Atenção Primária é flagrante; seja pela falta de uma escuta mais apurada por parte dos profissionais efetivos; seja pela inexperiência dos profissionais credenciados. O município acaba tendo uma oferta grande de consultas especializadas em seu território, que seria desnecessária, se houvesse uma melhoria na qualidade do atendimento, na duração das consultas ou na atenção integral do indivíduo. 6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS: Considerações do Conselho: O Departamento de Saúde tentou realizar um Processo Seletivo Simplificado para contratação de servidores, porém, sem observar as Leis que regem tal processo, teve que o cancelar. Faltou planejamento, obediência as Leis e, principalmente, faltou humildade para solicitar a ajuda de quem sabe como realizar o processo todo. Com isso, os trabalhos das equipes de Saúde da Família ficaram comprometidos. 7. Programação Anual de Saúde – PAS Considerações do Conselho: A Programação Anual de Saúde foi bastante afetada pela Covid-19; muitas ações e serviços deixaram de ser feitos, ou não foram feitos dentro do tempo determinado, ou ainda não tiveram seus registros efetuados. O que de mais interessante ocorreu foi a instalação do Prontuário Eletrônico em todas as Unidades, o que favorecerá o controle e a avaliação dos serviços no próximo ano. 8 - Indicadores de Pactuação Interfederativa. Considerações do Conselho de Saúde: A Pandemia do Covid-19 interferiu especialmente na Saúde da Mulher e da Criança. Desde o não atingimento das metas de vacinação até a pesagem das crianças do Bolsa Família; do número de partos normais no SUS aos casos de sífilis congênita que denotam a má qualidade no atendimento das gestantes; pois com o devido tratamento da mesmas, esses casos não existiriam. Também de grande importância a redução na cobertura dos exames para detecção do câncer de colo de útero e de mama, citopatológico e mamografia, respectivamente; que precisam de uma correção no próximo ano. A epidemia de Dengue no meio da pandemia de Covid, também contribuiu para estrangular os serviços de saúde, apesar do trabalho sempre elogiado da Vigilância Ambiental, contar com menos agentes do que o mínimo necessário. 9- Execução Orçamentária e Financeira. Considerações do Conselho de Saúde: Um ano completamente atípico, com grande queda nos valores previstos de receita. Apesar do gasto em saúde ter sido muito grande (30,93%), não significa que os recursos tenham sido utilizados da melhor forma. O que se percebe é um gasto muito grande em despesas de pessoal, com o acréscimo do gasto de pessoa jurídica (chamamento médico), de técnicos e de estagiários, que nada mais é do que despesa com pessoal maquiada. Mandaguapé chegou a gastar neste ano 67% nesse item, em detrimento das ações e serviços. Ao usarmos uma tabela desenvolvida pelo Conselho Nacional de Saúde com parceiros, para Avaliação da Execução Orçamentária e Financeira, baseada no nível de empenho e de liquidação das despesas, temos que o total de Despesas pagas com recursos próprios foi regular (88,55%); que os gastos com Assistência Hospitalar e Ambulatorial foi exagerada (133,43%); que as despesas com a Vigilância Epidemiológica foram adequada (93,62%); que as Despesas com a Atenção Básica (81,42%), Vigilância Sanitária (79,92%), Outras Subfunções (81,13%), e o Total de Despesas com Saúde (83,72%) foram inadequadas; e que foi intolerável as despesas Executadas com Recursos de Outros Entes (72,07%). Entendemos esse último item, como a falta de uso de recursos financeiros pendentes, que chegaram na forma de Programas e Emendas Parlamentares. 10 – Auditorias: Não houve. Considerações do Conselho de saúde: Infelizmente, ainda não se implantou a auditoria dos serviços no município. Isso é uma questão que necessita de intervenção urgente. É preciso que haja monitoramento das ações e serviços, avaliação e auditoria dos prestadores de serviços, para evitar, entre outras coisas, duplicidade de pagamento; além de pesquisas de satisfação do usuário. 11- Análises e Considerações Gerais. Considerações do Conselho de Saúde Sem dúvidas a Epidemia do Coronavirus trouxe impactos imensos à saúde pública mundial, porém, não se pode esquecer que as demais doenças continuam a existir. Sofremos com uma tripla carga de doenças,



ao mesmo tempo: Doenças infecciosas e parasitárias, problemas de saúde reprodutiva; doenças crônicas como Hipertensão e Diabetes e seus fatores de riscos, como o tabagismo, o sobrepeso e a obesidade, a inatividade física, o estresse e a alimentação inadequada; e o forte crescimento da violência e das causas externas. Não podemos nos dar ao luxo de trabalhar somente com um foco, devemos retornar à rotina de trabalho, com os cuidados necessários para evitar a transmissão da Covid-19; é o que a população necessita. 12- Recomendações para o Próximo Exercício: Considerações do Conselho: Consideramos imprescindível: 1- Concurso público ou Processo Seletivo para contratação de servidores, de forma a completar as equipes de Saúde da Família e de Atenção Primária em Saúde; e para fixar os profissionais às UBS. 2- Ampliação das Equipes da Estratégia Saúde da Família; 3- Monitorar as Agentes Comunitárias de Saúde, devido a reclamações de inoperância; 4- Qualificar a escuta, para maior resolubilidade da Atenção Primária; 5- Melhorar a qualidade do atendimento materno-infantil; 6- Organização dos serviços através do estabelecimento de metas, elaboração de protocolos e planejamento estratégico; 7- Instituir a Auditoria, com foco no monitoramento e avaliação das ações e serviços; e 8- Melhorar a utilização dos recursos financeiros. Às 08:48 do dia 30/03/21 o relatório é aberto para discussão e votação. AS OPÇÕES SÃO: APROVADO / APROVADO COM RESSALVAS (QUAIS?) / REPROVADO. A conselheira Samira comenta que diante do atual cenário não teria como cumprir com o pactuado; e que as considerações foram bem esclarecedoras. O conselheiro Dalvair comenta que, apesar de tudo, em termos de saneamento básico, nem o mínimo necessário está sendo feito. A conselheira Telma aponta que o Saneamento básico é responsabilidade do Departamento de Meio Ambiente, não da Saúde. Dalvair rebate que Saneamento básico está totalmente relacionado com a saúde pública e com ação direta do trabalho da Prefeitura e exigência do Conselho. Telma concorda, mas repete que não é responsabilidade da Saúde, e que essa confusão sempre existiu. O vice-presidente Antonio Paz acrescenta inclusive, que os gastos com saneamento básico não podem ser computados no índice de gastos da saúde. O último voto computado foi às 18:56 e o resultado foi a aprovação do RAG 2020 por 13 votos e 1 voto aprovado com ressalvas, devido à questão de saneamento básico.

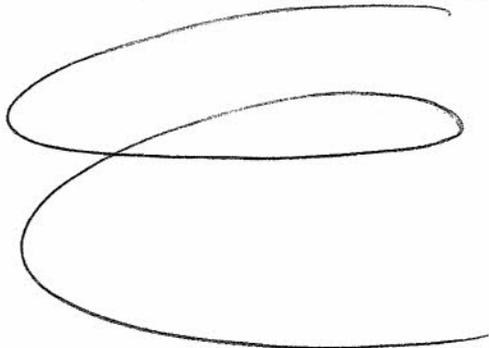
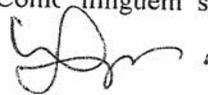
REUNIÃO DO DIA 28 DE ABRIL DE 2021 – PAUTA: PRINCIPAL: ELEIÇÃO DA NOVA MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata da reunião realizada através do WhatsApp do Grupo do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguapé, com início no dia 28 de abril de 2021, às 17:02. A reunião é iniciada às 17:02, com um áudio do presidente, dando boas-vindas aos conselheiros. Em seguida foi apresentada a primeira pauta: 1. LEITURA DA ATA E DOCUMENTOS. Foi feita a postagem prévia da ata e não houve registro de impugnação da mesma. A seguir foram postados os documentos recebidos: 1- CONTROLE INTERNO – Que solicita Informações sobre a estrutura do CMS- Conselho Municipal de Saúde e cópia da ata do ano de 2021; exigências do Tribunal de Contas; já enviada; 2. Ofício da SECRETARIA DE SAÚDE – O município foi contemplado com recursos financeiros para a aquisição de duas autoclaves de mesa (até 75 litros) e 1 compressor odontológico; porém, o município já foi contemplado com outros recursos para a aquisição de outras 5 autoclaves; e o compressor seria para apenas uma cadeira odontológica, sendo que a necessidade seria para duas. Sendo assim, o Departamento solicita autorização para trocar o objeto desse recurso, no sentido de adquirir um compressor mais potente, para tocar duas cadeiras odontológicas e a aquisição de um aparelho fotopolimerizador. A conselheira Talita questiona se pode ser feita essa troca, já que os recursos viriam sempre engessados. É explicado que existe uma Portaria atual, que permite esse remanejamento, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde. A solicitação é colocada em votação e é aprovada por 15 conselheiros. Passou-se à próxima pauta, a ELEIÇÃO DA NOVA MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, que teve a inscrição de chapa única, formada por: Presidente: Antônio; Vice-Presidente: Elias; 1ª Secretária: Samira; 2ª Secretária: Telma. Possibilidade de votos: Sim / Não/ Branco / Abstenção/ Nulo. É aberta a



votação. Resultado: chapa eleita com 9 votos favoráveis, 1 contrário e 1 voto anulado. Próxima pauta: REFORMA DA UBS CENTRAL; TRANSFERÊNCIA URGÊNCIA/EMERGÊNCIA e BASE DO SAMU: Telma comenta que, como todos sabem, a UBS Central necessitava urgentemente de reforma. A 15ª Regional de Saúde, ainda no ano passado, tinha interditado a Central de Esterilização, por não ter separação física entre a área suja e a área limpa. Neste ano, a secretaria de saúde solicitou uma nova visita e foi interditada a sala de urgência/emergência, como também era de nosso conhecimento, o estado lamentável que se encontrava. Também havia necessidade de melhorias para a sala de vacinas. Havia rachaduras em paredes, afundamento de piso de uma sala e problemas com a cobertura. Que num primeiro momento a ideia foi lacrar a unidade para a reforma completa, mas houve dificuldades em alocar todos os serviços existentes ali, em outro local. Optou-se por transferir o atendimento de urgência/emergência para a UBS Bela Vista. Em seguida se transferiu os atendimentos de gestantes para o CAPS. Foi dado férias e licença prêmio para alguns médicos. Foi lacrado a metade da frente do prédio e o atendimento permaneceu na parte dos fundos, devido inclusive ao RX, que não podia ser desativado. Inicialmente foi trocado o telhado. A intenção era terminar a parte da frente, transferir os serviços e fazer os fundos posteriormente. Entretanto, nesse meio tempo o município firmou um Termo de Intenção com o Estado, de instalar uma Base do SAMU aqui. A conselheira Eliana questiona onde seria montada essa base; e é informada que será na UBS Central. Para isso, é preciso que o município forneça estrutura, inclusive com dormitórios e estacionamento para várias ambulâncias. Para isso foi necessária a remoção das palmeiras lá do fundo, construção de muro de arrimo que ocasionou bastante problema. Novos serviços precisaram ser transferidos ou readequados. Também se descobriu vários problemas, como infiltrações e rachaduras que poderiam condenar o prédio. Isso vai trazer um pouco mais de demora, mas acreditamos que o resultado final vai compensar. A conselheira Edna Martellosso observa que há desorganização no quesito informações para os pacientes que procuram a UBS. A conselheira Maria da Penha concorda. A conselheira Telma assente. Edna complementa que agora todos vêm na recepção da Saúde Bucal à procura de informações e que não sabem como orientar; pois as informações não são passadas. Que estão acontecendo aglomerações de pacientes dos médicos também. A conselheira Telma argumenta que foi necessária a mudança de planos. Explica sobre a intenção de transferir todos os serviços, mas a dificuldade que seria para a população acessar os serviços, sem transporte público e sem um transporte sanitário que pudesse fazer isso. Depois veio a questão do SAMU, que pegou a todos de surpresa e fez com que a reforma passasse para a área externa também. Telma, fala que amanhã haverá uma reunião da secretária com a equipe de odontologia, para que possa sanar quaisquer dúvidas que restarem, a conselheira Márcia corrige, dizendo que será dia 5. Edna complementa que quem está organizando tudo é a Márcia, que as enfermeiras Myrian e Allana vêm os pacientes quase um em cima do outro e não falam nada sobre distanciamento. Telma comenta que, na verdade, isso é função de todos. Que também esteve lá na semana passada e havia aglomeração de pacientes da Odontologia, que ela os separou; que mesmo os pacientes podem se organizar e não se aglomerar. Márcia comenta sobre a falta de espaço físico para tudo e Telma salienta que se estão trabalhando para que tudo melhore. Márcia acrescenta que acredita que a situação é temporária, que temos que trabalhar pensando no melhor para os pacientes sempre. Telma acrescenta que uma das grandes preocupações é o Ambulatório COVID. A situação lá também é muito complicada, devido ao pouco espaço. Que se está tentando viabilizar um outro local. Márcia diz que se isto acontecer seria um bom lugar para atendimento médico. Telma concorda que poderia ser passado os serviços do Central para lá. Próxima pauta: SAÚDE DA FAMÍLIA E EQUIPES DE SAÚDE BUCAL: Telma explica sobre a informação de que tínhamos três Equipes de Estratégia Saúde da família (ESF), e que no ano passado foram homologadas mais duas. Neste ano, soubemos da homologação de outras duas e mais uma Equipe de Atenção Primária (EAP), que atende uma população de até 2 mil habitantes. Contaríamos então com sete ESF. Que a surpresa foi saber que, na verdade, até dezembro tínhamos somente três equipes; e que neste ano completamos as cinco equipes de Saúde da Família e uma EAP.

Após quase um ano de funcionamento, que descobrimos que as equipes não foram implantadas. Foi identificada um cancelamento, mas não sabe o porquê. Acredita-se que houve erro ou falta de abastecimento de informações. Com um agravante que, como temos baixo número de cadastro de usuários das equipes, se houvesse sido modificada a forma de pagamento pelo Ministério da Saúde, Mandaguacu não receberia recurso alguém. Outra situação é a falta de abastecimento de informações no CNES. Está sendo feito um trabalho ininterrupto, para arrumar essa situação, já que segundo a 15ª Regional de Saúde, 60% dos problemas, estão nesse sistema de informações. Então agora, temos cinco equipes de Saúde da Família Cadastradas e uma Equipe de Atenção Primária. Com relação à Saúde Bucal, conseguimos mudar a Modalidade da Equipe de Saúde Bucal do Saúde da Família da Vila Guadiana e cadastramos mais duas Equipes de Atenção Primária. Ainda temos 1 equipe para cadastrar, para isso precisamos instalar um consultório na UBS Bela Vista. São recursos novos que estão vindo. Próxima pauta: HOSPITAL METROPOLITANO: que ainda não saiu o credenciamento ao SUS. O hospital está recebendo internações clínicas, de não COVID, apesar do não credenciamento. Portanto, as Autorizações de Internação Hospitalar ainda não voltaram. Mas, também não foram liberadas as cirurgias eletivas. Estamos na expectativa. Os documentos estão na Secretaria de Saúde do Estado. Que existe uma cobrança ao Hospital para uma melhor resolução para os atendimentos de urgência. Sempre que se identifica problemas no atendimento, tem-se cobrado do Dr. Mota, o Diretor clínico do Metropolitano. Que o atendimento ainda está longe do satisfatório. Próxima pauta: CONTRATAÇÃO MÉDICOS CONCURSO / PSS: Telma explica sobre o chamamento de médicos através do concurso, está na 7ª classificada. Que o Teste Seletivo realizado no ano passado foi cancelado, devido a irregularidades. Que se está necessitando de muitos técnicos, tanto para o Ambulatório Covid, quanto para vacinação. Que se está negociando com o Administrativo e jurídico para tentar viabilizar essas contratações. Próxima pauta: CENSO CANCELAMENTO: Comenta-se sobre o cancelamento do censo, que o fato de recebermos recursos por uma população muito menor, se reflete na produção de serviços, em especial nas especialidades. Que se está tentando achar onde estariam os ralos, para conter gastos desnecessários. Próxima pauta: CONTAS BANCÁRIAS / LICITAÇÃO CARRO / AMBULÂNCIAS: Telma fala dos recursos pendentes, 966 mil em caixa. Dificuldades com as licitações, por exemplo carro do Ouro Verde - 35 mil não teve interessado em vender. Prefeitura colocou mais 15 mil. Ninguém se interessou. Ambulâncias, querem realinhamento de preços. O Jurídico não está permitindo. Saída: Juntar o dinheiro de várias contas, para comprar um bem maior. O dinheiro vinha engessado, só poderia comprar o item que estava previsto. Uma portaria editada está permitindo a junção de contas, porém, tem que passar pela aprovação do Conselho de saúde. Telma apresenta um gráfico que mostra, ao longo dos anos, o saldo das contas, o valor dos repasses e a execução estimada. Que temos prazo até dezembro, para zerar algumas dessas contas. Que, como pode se ver, só existe um valor para custeio, o resto é para aquisição de bens. Que se está querendo usar esse recurso de custeio de quase 55 mil, para consultas e exames de especialidade. Que, para utilização dos recursos, será necessária a aprovação do Conselho; e que assim que se organizar a documentação, será tudo repassado ao Conselho para apreciação e votação. Finalmente, é apresentada a última pauta, o BOLETIM DA DENGUE: até a 15ª semana haviam 142 notificações e 19 casos positivos de dengue. Que ainda estamos com sorte, devido à pouca chuva. É aberta a sessão para considerações e questionamentos. Como ninguém se apresentou para discutir, o presidente encerrou a sessão às 18:56 h.



Ata da 2ª Reunião Presencial do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguauçu - PR, realizada no dia 26 de maio de 2021, no Auditório Maria Cecília Ramires, no Centro de Cultura de Mandaguauçu, à Rua Bernardino Bogo.

Às dezessete horas e oito minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e um, nas dependências do Auditório Cecília Ramires, teve início reunião presencial do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguauçu; que contou com a presença da Diretora do Departamento de Saúde, com dezessete conselheiros e sete membros da comunidade. Foi presidida pelo Sr. Antônio Paz dos Santos, que colocou em votação a ata da reunião anterior. Em seguida, convidou a segunda secretária Telma, para fazer a leitura do Ofício enviado para a 15ª Regional de Saúde, sobre a solicitação de implantação de uma base do SAMU no município, que já era de conhecimento dos Conselheiros. Na sequência, convidou a Diretora do Departamento de Saúde, Francielli Martins de Lima Dário, para apresentar o Relatório de Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2021, que já havia sido disponibilizado para os conselheiros; contando com a participação da conselheira e Diretora de Assistência em Saúde Telma Terezinha Lopes Costa, que elaborou o documento. Foi explicado sobre as várias contas do Fundo Municipal de Saúde, com recursos pendentes e que estão fazendo um levantamento, pois haviam alguns dados controversos, pois quem gasta é a saúde e quem contabilizava era a prefeitura. A funcionária que controlava as aquisições da saúde dava baixa a cada compra, mas na prefeitura isso não era feito da mesma forma, deixando assim diferenças de valores. A Diretora nos informa que tivemos uma despesa de cinco milhões, setecentos e oitenta mil, seiscentos e noventa e oito reais e doze centavos no quadrimestre e mais uma vez chama a atenção que "a saúde é uma conta que nunca fecha", por Lei o gasto deve ser de no mínimo quinze por cento; mas o gasto real é muito maior, visto que o município recebe recursos para vinte e quatro mil habitantes, mas a população estimada hoje é de quarenta mil. O município recebeu cento e sessenta e dois reais por habitante, mas gastou duzentos e cinquenta reais; sendo que essa diferença é custeada pelo município. Foi explanado sobre todas as despesas desde a despesa com pessoal, Folha de pagamento, convênio com estagiários; até gasto com Oxigênio e materiais de consumo. Cita que os custos com a reforma da UBS Central, já passa de cem mil reais. O Presidente do Conselho Sr Antônio Paz questiona sobre o recurso de cento e cinquenta mil reais que seria para isso, mas a mesma informa que, o referido recurso ainda não foi recebido, que a reforma está sendo feita com recurso Livre. Telma lembra que o recurso para a reforma passou pelo conselho em dezembro de dois mil e dezenove e que ainda não foi recebido, Francielli afirma que quando o recurso chegar, será utilizado nos acabamentos finais, calçadas, cobertura para ambulâncias e demais. Telma explica que tudo o que está sendo demonstrado está no portal da transparência, só que mais condensado. Para termos uma melhor visão de onde está sendo gasto, cada item foi desmembrado em vários slides bem discriminados; materiais gráficos, diárias, pequenas despesas e outros. O Conselheiro Pastor Alexandre questiona sobre os cento e trinta mil reais que aparecem como compra de móveis, pois houve uma polêmica sobre móveis próximo as eleições no final do ano passado, e agora compra de móveis novamente. A secretária explica que esse valor veio em uma das contas já demonstradas e engessadas, ou seja, que só podem ser gastos com esses itens e que os referidos móveis foram para a Farmácia Central. São móveis planejados que foram feitos, e há outra verba específica também para a Farmácia Central. Que foram e serão comprados diversos tipos de bens, como mesas, cadeiras e computadores; pois para se ter uma ideia, estamos utilizando computadores emprestados do Departamento Social. Também falou sobre motoristas da Educação que estão sendo cedidos à Saúde por estar com falta de profissionais. Francielli explica sobre o recurso COVID, que recebeu um total de quatrocentos e vinte mil reais; duas parcelas de cento e oitenta mil para uso na Atenção Básica e uma parcela de sessenta mil

reais de um recurso chamado COVID. Que esses recursos têm sido gastos em materiais de consumo do Ambulatório COVID, folha de pagamentos de Médicos, Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem que prestam serviço lá; adequações para o atendimento. Fala sobre o SIOPS Sistema de Informação de Políticas Públicas de Saúde, tal sistema era alimentado no começo e no final de cada ano, mas que foi alterado para que seja abastecido a cada dois meses; que o servidor Leandro Lopes fez um treinamento específico; entretanto o Sistema está com problemas a nível nacional, o que inviabilizou o preenchimento das informações. Telma lembra que o Conselho recebeu um documento da 15ª Regional de Saúde, dizendo que o sistema está fechado, não podendo assim serem inseridos os dados do município. Dessa forma, não é possível repassar hoje aos conselheiros a porcentagem real dos gastos, já que a contabilidade da prefeitura não forneceu essas informações ainda, nem mesmo uma prévia. A Secretária afirma que esse primeiro relatório quadrimestral será usado de base para que a saúde tenha novos rumos, para que sirva de panorama de como está e o que será traçado de mudanças e de estratégias a serem implementadas, no decorrer do ano. Afirma que os dados registrados e apresentados hoje, de produtividade, foram retirados do E-SUS que é um sistema de informações onde são registrados todos os serviços e atendimento prestados à população, como consultas médicas e de enfermagem, atendimentos de odontologia; enfim tudo é inserido nesse sistema, isso por UBS e por profissional. Secretária e Diretora explicam a importância do relatório, novamente frisando a importância para a Gestão para que se identifique inclusive possíveis falhas de Sistema, de digitação ou na própria ineficiência de profissionais, que possam não estar desempenhando suas funções no atendimento à população. As mesmas relatam a dificuldade do Município com média e alta complexidade; cita como exemplo, fila de pessoas com glaucoma, que como providência foi feita uma solicitação para que o Ministério Público pudesse intervir; o que foi feito. Que existe um prazo para a resposta do Estado, até exatamente daqui a um mês. As cirurgias de Glaucoma não são feitas através do CISAMUSEP, estando os pacientes correndo risco de perder a visão. São onze pessoas de nosso município nessa fila do SISREG- Sistema de Regulação do Estado (Alta Complexidade). Francielli comunica que a partir do dia primeiro uma farmacêutica será transferida para atendimento de receita controlada na farmácia de Vila Guadiana, assim os pacientes de lá não precisarão se deslocar até Mandaguçu. Que um dos desejos da Administração atual é que a farmácia básica retorne ao Posto Central. O presidente encerra a reunião parabenizando a secretária Francielli e a Diretora Telma e demais servidores do Departamento de Saúde pelo belo trabalho e dedicação na elaboração e apresentação do relatório quadrimestral, tão bem explicado. Agradece aos demais conselheiros pela expressiva participação até o final, encerrando a reunião às dezenove horas e oito minutos, com a presença de dezessete conselheiros. E, para constar, eu Samira, primeira secretária, lavrei esta ata que segue assinada por mim e por todos os presentes, no livro de presença.

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and curves, positioned at the bottom of the page.

Ata da 3ª Reunião Presencial do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguaçu - PR, realizada no dia 30 de junho de 2021, no Auditório Maria Cecília Ramires, no Centro da Cultura de Mandaguaçu, à Rua Bernardino Bogo.

Às dezessete horas e cinco minutos do dia trinta de junho de dois mil e vinte um, nas dependências do Auditório Cecília Ramires, teve início a reunião presencial do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguaçu; que contou com a presença de dezessete conselheiros. Foi presidida pelo Sr. Antônio Paz dos Santos, que colocou em votação a ata da reunião anterior, que foi aprovada. Em seguida apresentou os novos membros do Conselho aos demais. Silmara representante da APAE, Fernando representante do Departamento de Assistência Social e Ireni representante dos Trabalhadores da Saúde; concluindo com a apresentação da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde. Passou então a palavra à segunda secretária e Diretora de Assistência em Saúde Telma que iniciou a explanação sobre o Plano Municipal de Saúde 2022-2025. Telma explicou sobre a importância do documento, que vai orientar as ações e serviços de saúde dos próximos 4 anos; iniciando no segundo ano de governo do atual prefeito até o primeiro ano de mandato da próxima gestão. Mostrou que o Plano é dividido em três partes: I- Análise Situacional, II - Definição de Diretrizes, III- Processo de Monitoramento e Avaliação. A Análise Situacional é a situação que o município se encontra, desde sua localização, quem é o Prefeito e Diretora do Departamento de Saúde; a Densidade Demográfica; o tipo de Gestão, que no nosso caso Gestão Plena de Atenção Básica. Informações que façam com que ao se ler, se conheça o município, descrevendo os Recursos Humanos da Saúde; a Estrutura Física e o Perfil Epidemiológico: óbitos, nascidos vivos, além de apresentar as redes de atenção básica, Rede Mãe Paranaense, Rede de Urgência e Emergência e outros. Na Parte II- Definição de Diretrizes apresentou as Diretrizes, os Objetivos, os Indicadores e as Metas a serem alcançadas; ou seja, o projeto em si. Telma apresentou as seis Diretrizes que norteiam o Plano, e explicou que foi seguido o modelo do Estado do Paraná, na elaboração. Passou a descrever cada uma das Diretrizes, exemplificando com os objetivos e metas. A Diretriz 1 – Qualificação da Gestão em Saúde; Diretriz 2- Fortalecimento da Atenção Básica; Diretriz 3- Qualificação da Vigilância em Saúde; Diretriz 4- Fortalecimento da Gestão do Trabalho e Educação Permanente em Saúde; Diretriz 5- Fortalecimento do Controle Social no SUS; Diretriz 6- Enfrentamento ao COVID 19. A Diretora falou de um dos objetivos na Saúde Bucal, por exemplo, a implantação de um CEO - Centro de Especialidades Odontológicas; que pode ser montado em municípios com quarenta mil habitantes; e que acredita que esse contingente populacional será atingido assim que for realizado o novo CENSO. Falou sobre a implantação de uma Residência Terapêutica, um local para que egressos de internamento psiquiátrico possam residir por um período e serem atendidos por equipe multiprofissional, para que retornem ao convívio em sociedade. Telma abriu parênteses durante a explanação sobre a Regionalização, para comentar sobre a questão que tomou conta da mídia, sobre a ação movida por Mandaguaçu, para que Maringá atendesse os moradores de nossa cidade na UPA Zona Sul; explicou que em 2015 foi feito um Plano Diretor de Regionalização, mapeando as referências de serviços em todo o Paraná; e que ficou definido que a UPA Zona Sul teria portas abertas para a população de Mandaguaçu, já que usou nossa população para conseguir implantar essa UPA em Maringá. Que houveram mudanças de fluxo de atendimento em Unidades de Saúde de Maringá devido ao COVID, mas que não houve nenhuma comunicação oficial ao município de Mandaguaçu; ocasionando negativas de atendimento aos munícipes e aos pacientes que necessitavam de internamento devido ao COVID. Que no dia vinte e oito de maio a situação estava crítica, que em reunião com o prefeito, se decidiu transferir o ambulatório COVID para as dependências da Creche Favô de Mel; mas que como não tínhamos Central de Leito para cadastrar os pacientes para internação,

continuávamos com problemas para encaminhar pacientes para a UPA Zona Sul. Através de contatos telefônicos, foram feitas ameaças de acionamento do Ministério Público, por parte do Município de Maringá; o que levou a Diretora do Departamento de Mandaguaçu a se adiantar e cobrar ação do Ministério Público, frente à falta de sensibilidade do Município de Maringá. Entretanto, como os contatos foram sempre feitos via telefone, acabou ficando a fala de um contra o outro. E, para evitar maiores problemas, optou-se por encerrar a denúncia, quando Mandaguaçu finalmente conseguiu entrar na Central de Leitos para regular os pacientes COVID. O ambulatório passou a funcionar 24 horas. A Diretora alerta sobre o crescimento do número de óbitos; que o ano iniciou com nove óbitos por COVID e hoje temos setenta e quatro óbitos. Retornando ao Plano Municipal de Saúde 2022-2025, Telma fala da Parte III - Processo de Monitoramento e Avaliação, nesta parte em específico entra o Conselho Municipal de Saúde; onde o Departamento de Saúde monitora as ações e serviços, e o Conselho avalia e aprova ou não, nos relatórios quadrimestrais e no Relatório Anual de Gestão. Em seguida apresentou os anexos, onde constam as propostas apresentadas na XIII Conferência Municipal de Saúde, de 2019; O Plano Plurianual 2021-2025; o Plano de Governo da atual gestão; além da Previsão Orçamentária, ou seja, uma relação detalhada da previsão de receita e despesas, uma estimativa que a Prefeitura tem dessa receita, que vem de IPTU, IPVA, e outros impostos, com base no ano anterior. Telma entregou o Plano impresso ao Conselho e se colocou à disposição para sanar eventuais dúvidas. Acrescentou que na elaboração do Plano houve a participação de todos os Diretores, Coordenadores e equipe técnica, inclusive de outros Departamento; que foi muito discutido e pensado, pois são as ações e serviços que devem acontecer nos próximos 4 anos, que "não quer dizer que somos obrigados a fazer; mas se não constar no plano não pode ser feito". O Presidente S.r. Antônio Paz abriu a votação em comum acordo com os conselheiros presentes os quais aprovaram por unanimidade, havendo dezesseis Conselheiros no momento da votação. Telma passou para os informes, falou que temos 342 crianças de 0 – 3 anos acompanhadas pelo Bolsa Família, pois um conselheiro solicitou tal informação na reunião anterior. Lembrou sobre um recurso de cento e cinquenta mil reais, para a reforma da UBS Central, que o Conselho não aprovou, por falta de informações, que veio uma parcela desse recurso de 15 mil reais, mas que não entrou na conta do Fundo Municipal de Saúde, mas numa conta na Caixa Econômica Federal. Que essa informação foi passada pela Regional de Saúde e que houve dificuldades para saber onde havia sido depositada. E que por isso, não veio o restante do valor. Que o mesmo aconteceu com um recurso para ampliação e reforma da UBS Bela Vista; que foi depositado 10 mil reais, também onde não deveria; e que se está trabalhando para resgatar esses valores e o complemento dos recursos. Que esses valores entraram em julho e outubro de 2020, e só foram descobertos agora, após conversa com a 15ª Regional de Saúde de Maringá, que questionou sobre a referida verba já estar disponível e não ter sido prestado conta da utilização do recurso. O Presidente informa que irá comparecer a uma reunião do comitê Gestor da Rede Urgência e Emergência e precisa que mais um membro do Conselho participe com ele, pois, como Mandaguaçu está em processo de implantação da Base do SAMU, o Conselho foi convocado a participar. O conselheiro Fernando, representante da Associação de Moradores se ofereceu para acompanhar o Presidente; que encerrou a reunião às dezoito horas e trinta minutos com a presença de quinze Conselheiros e para constar, eu Samira Grossi, primeira Secretária lavrei essa ata que segue assinada por mim e por todos os presentes no livro de presença.

Ata da 4ª Reunião Presencial do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguaçu - PR, realizada no dia 28 de julho de 2021, no Auditório Maria Cecília Ramires, no Centro da Cultura de Mandaguaçu, à Rua Bernardino Bogo.

Às dezessete horas e dezesseis minutos do dia vinte e oito de julho de dois mil e vinte e um, nas dependências do Auditório Cecília Ramires, teve início a quarta reunião presencial do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguáçu; que contou com a presença de quinze conselheiros e quatro membros da comunidade. Foi presidida pelo Sr. Antônio Paz dos Santos, que colocou em votação a ata da reunião anterior, que foi aprovada. Em seguida explicou que é uma necessidade e uma cobrança da controladoria Interna do município, do Tribunal de Contas do Estado e da União, a atualização da Lei 1844/2013, de 13 de novembro de 2013, que instituiu o Conselho Municipal de Saúde, questionando se os conselheiros leram a Lei que foi postada no grupo de WhatsApp, tendo havido a confirmação pela maioria dos presentes. Passou então a apontar os artigos que necessitariam de adequação, com a observação de que se algum conselheiro quisesse alterar algum artigo, eventualmente não apontado, que o fizesse. Iniciou falando da necessidade de se alterar a redação de “relatório de gestão municipal” para “Relatório Anual de Gestão”, o RAG. Em seguida, passou a falar sobre o Artigo 3º parágrafo segundo, sugerindo incluir de forma genérica, as Associações como representantes do SUS. Relatou as associações que já foram excluídas por solicitação das mesmas ou pela falta de comparecimento na Pré-Conferência de dois mil e dezenove. Que houve necessidade de se colocar duas vagas para as igrejas católicas e evangélicas, que foi consultada a Assessoria do Conselho de Saúde da Regional sobre a possibilidade de se fazer isso, que não houve oposição; mas que é necessário acrescentar na Lei. Foi aberta a discussão e o conselheiro Dalvair questionou sobre o porquê de duas vagas para as igrejas católicas e evangélicas e o fato de não ter vaga para a associação de moradores. Foi explicado que não houve a presença da associação de moradores na Pré-conferência de 2019 e que foram substituídos pela Associação dos Artesãos, que com sua extinção, foram convidadas as Associações de Moradores em nova plenária, neste ano, que compareceram cinco associações regularmente constituídas, mas que somente três tiveram interesse em ocupar vaga no conselho, que foi feita a eleição e que foram eleitos o conselheiro Fernando pela Associação de Moradores da Vila Guadiana e a Lecir como suplente, pelo Parque Ouro Verde. Dalvair sugere que se modifique a Lei e fique só um representante das igrejas católicas e um das igrejas evangélicas. É explicado que se fizer essa alteração terá que ser retirado representantes de Trabalhadores, Prestadores de Serviço e de Gestão, para dar paridade. Que se houverem outras associações interessadas, que se pode fazer a alteração na Lei novamente. O Conselheiro Fernando falou do abandono das associações de moradores, que não há interesse de participação. Dalvair questionou se o que se quer é somente aumentar o número de participantes. Antônio explica que eram 16 representantes, que se aumentou para 20, em 2019, para que houvesse mais representatividade. Telma explicou novamente que se reduzir os usuários, terá que reduzir também os representantes da Gestão, dos Prestadores e Trabalhadores, para manter a paridade. O conselheiro Alexandre fala que sempre participou das reuniões como representante das igrejas evangélicas e que pelo que entendeu a sugestão seria trocar um conselheiro que participa por outro que pode nem comparecer. Telma informou que tem sido publicado na internet as reuniões, mas que a comunidade não comparece. Alexandre questionou se tem alguma entidade querendo entrar, e foi informado que não. Dalvair perguntou por que não dar mais uma vaga para

o Rotary. O Presidente Antônio informou que o representante do Rotary não tem participado das reuniões presenciais, que no final do ano faz relatório para as entidades que tem representantes no Conselho, sobre suas faltas. Dalvair alegou que o Rotary não vem porque é suplente; Antonio afirmou que o Rotary é suplente da Maçonaria e que podem alterar a titularidade. Telma esclareceu que não é porque o suplente não tem direito a voto que pode se ausentar, que tem direito à fala; e que vários suplentes estão presentes. Após várias discussões sobre o tema, as propostas de alteração foram colocadas em votação e aprovadas pela maioria dos conselheiros. Em seguida foi passada a palavra para a Diretora de Departamento, que cumprimentou a todos e comunicou a parceria que está sendo celebrada com a UNINGÁ, que Mandaguaçu será campo de estágio para os alunos; que será iniciado pela Vila Guadiana, com o estágio médico. Foi passada a palavra para a conselheira Telma que falou sobre o recebimento de dois carros doados pelo Governo de Estado, que foi feito um Termo de Compromisso e que um carro será destinado à UBS do Parque Ouro Verde e outro para a Equipe de Atenção Primária da UBS Central, que atende os moradores do Jardim América e cercanias. Que os carros serão para visitas domiciliares. Sobre as Emendas Parlamentares, informou que os cento e cinquenta mil e quatro reais da Deputada Federal Luiza Canziani, serão utilizados num compromisso assumido com os vereadores que conseguiram essa Emenda, de usar para exames e consultas especialidades, que deverá ser feito um Projeto de Lei para essa utilização. Que a Emenda de cem mil reais, que chegará também é solicitação de outro vereador, que terá o mesmo destino, já que faltam recursos financeiros para essas atividades. Que também já entraram na conta um recurso de duzentos e cinquenta mil destinado pelo Deputado Luiz Nishimori e mais trezentos mil do deputado Ricardo Barros. Que, portanto, dos oitocentos mil cadastrados, já estão depositados setecentos mil; só faltando entrar cem mil do Deputado Pedro Lupion. Sobre os Recursos Pendentes que os conselheiros já conhecem dos Relatórios Quadrimestrais, desde 2016, 2017 e 2018; que deveriam obrigatoriamente serem usados até dezembro, mas que veio nova Portaria, dizendo que tem que ser usado já. Que um recurso de 2018 no valor de cento e vinte mil reais, que era para ser usado em Transporte Sanitário e equipamentos e acessórios, do Banco Interamericano (BIRD) que tem regras para ser usado, inclusive cláusula anticorrupção, que só foi utilizado quarenta e cinco mil, trezentos e setenta e nove reais e quarenta centavos (R\$ 45.379,40), que o restante do recurso a licitação deu deserto, ou seja, não apareceu interessados em fornecer os equipamentos; e não foi feita nova licitação e que os recursos a serem devolvidos, infelizmente, são da ordem de setenta e quatro mil, seiscentos e vinte reais e sessenta centavos (R\$ 74.620,60). O conselheiro Airton questionou sobre se não tem um funcionário responsável por isso, para não se deixar perder recursos. Foi informado que, como foram recursos de anos atrás, não conseguimos responder de quem seria a responsabilidade; mas que o Conselho vinha cobrando com frequência a utilização desses recursos. O Presidente tomou novamente a palavra agradecendo a presença de todos e falando da necessidade de se alterar o regimento Interno e que isso tem que ser em sessão extraordinária, obrigatoriamente. A sessão foi encerrada às dezoito horas e trinta e nove minutos; e para constar, eu Telma

Terezinha Lopes Costa, segunda secretária lavrei esta ata que segue assinada por mim e por todos os presentes no livro de presença.

Ata da sessão virtual do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguaçu, realizada em três de agosto de dois mil e vinte um, sobre a necessidade de se deliberar complementarmente à última reunião ordinária, o Artigo 5ª da Lei 1.844/2013, para se definir se a votação para Presidente do Conselho deva ser aberta ou fechada.

O Conselho Municipal de Saúde de Mandaguaçu, em reunião virtual realizada em três de agosto de dois mil e vinte e um, deliberou sobre a alteração da Lei Municipal número 1.844/2013 de treze de novembro de dois mil e treze, com pauta única que trata exclusivamente do artigo quinto, parágrafo segundo, que dispõe sobre de votação. Após as discussões e análise do tema ficou deliberado que a forma de votação para a escolha do presidente do Conselho de Saúde será a do voto em aberto. Votaram pela forma em aberto os seguintes conselheiros (as): Fernando Henrique Rodrigues, Fernando Souza, Edna Aparecida Galego, Virgilina Ferreira Custódio, Ireni Rodrigues Araújo, Airto José Custódio, Dalva Paulo Lima de Castro, Maria da Penha Galdino, Edna Pinelli Martellosso, Mauro Donizete Terezan, Davi Matos Cabral. Total de onze votos. Votaram pela forma secreta: Samira Grossi de Souza Bueno e Margarida Cretic Silva Leite. Total de dois votos. Voto anulado: um voto. Por questão regimental, Antonio Paz dos Santos e Telma Terezinha Lopes Costa constam como participantes. Participaram da reunião dezesseis conselheiros (as), conforme lista de presença a seguir. Mandaguaçu, 4 de agosto de 2021.

Ata da sessão virtual do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguaçu, realizada em onze de agosto de dois mil e vinte um, devido à necessidade urgente de se deliberar sobre a utilização de recursos pendentes, sob pena de devolução dos mesmos.

O Departamento de Saúde encaminhou para o Conselho o Ofício 16/2021 da Vigilância em Saúde sobre a utilização de um recurso remanescente no valor de sessenta e um mil, duzentos e cinco reais e cinquenta e sete centavos (R\$ 61.205,57), para a aquisição de computadores e acessórios. Esse valor é sobre de três recursos, um de ampliação, de abril de dois mil e treze, no valor de quatro mil, quinhentos e dois reais e oitenta e dois centavos (R\$ 4.502,82); outro para equipamento, de dezembro de dois mil e treze, no valor de vinte e seis mil, setecentos e noventa e m reais e cinquenta e sete centavos (R\$ 26.791,57); e o último para equipamentos, de dezembro de dois mil e dezesseis, no valor de vinte e nove mil, novecentos e onze reais e dezoito centavos (R\$ 29.911,18). O saldo será utilizado para aquisição de computadores, monitores, teclados, mouse, filtros de linha, No break e notebook, num valor total de sessenta e um mil, duzentos reais e noventa e nove centavos (R\$ 61.200,99). A conselheira Cristiane questiona se os recursos para ampliação poderão ser utilizados para equipamentos, o que não era permitido; mas é esclarecido que a Lei Complementar 181 de 06 de maio de 2021, permite. Ninguém mais querendo discutir, foi colocada em votação e aprovada a utilização dos recursos pelos treze conselheiros que votaram.